

# Menor desmatamento na Amazônia

por Jim Rohwer  
do The Economist

O ritmo da destruição da floresta amazônica nunca foi tão rápido quanto os alarmistas afirmavam há três ou quatro anos. E esse ritmo se desacelerou consideravelmente desde então. Mesmo assim, um estudo preparado por Eustáquio Reis, economista do Ipea, instituto de pesquisa do governo brasileiro, mostra que a destruição não irá diminuir sem algumas novas políticas do governo para aliviar o problema por cuja criação ele foi o primeiro e principal responsável.

No Brasil estão localizados 60% da floresta amazônica — 3,3 milhões de quilômetros quadrados do total de 5,5 milhões de quilômetros quadrados. A Amazônia brasileira ocupa 40% do território do País, apesar de ter apenas 7% da população e de ser responsável por apenas 5% do PIB. No entanto, ela é extremamente rica em recursos; acredita-se que ela poderia aumentar as terras agrícolas brasileiras em 60 a 80%, que ela contenha 45% do potencial hidroelétrico do País, que seus minerais valham US\$ 1,6 trilhão (dólares de 1989) e que suas madeiras tenham um valor de US\$ 1,7 trilhão (dólares de 1984).

Os brasileiros, na sua maior parte, ignoravam esse potencial econômico até que o governo começou a subsidiar o desenvolvimento da Amazônia nos anos 60. De fato, entre 1910 e 1940 a população da Amazônia diminuiu consideravelmente em virtude do colapso da indústria da borracha.

Durante cerca de um quarto de século após 1964, o governo ajudou a abrir a Amazônia: primeiro através de um grande programa de construção de estradas, depois através de uma série de isenções fiscais e de subsídios que são uma parte extremamente familiar da política econômica brasileira. Incentivos fiscais para investimentos empresariais na Amazônia, créditos baratos e subsídios para a limpeza das matas e grandes subvenções para uma zona de processamento de exportações em Manaus, no coração da Amazônia — tudo contribuiu para o efeito geral. No decorrer de 20 anos, a população da região cresceu 5% ao ano (dois quintos desse aumento foram resultantes das correntes migratórias); o PIB regional aumentou em 18% ao ano na década de 70 e em 8% ao ano na década de 80 (quando o Brasil, como um todo, estava estagnado).

Os anos de desmatamento mais acelerado ocorreram entre 1983 e 1987, quando a máquina de subsídios em Brasília estava funcionando em ritmo mais rápido. Uma grande parte das queimadas era provocada por pessoas que criavam "fazendas de subsídios" na mata virgem: terras que estas pessoas nunca pretendiam usar, mas pelas quais elas podiam coletar um subsídio desde que provassem que elas tivessem sido preparadas para cultivo. A agricultura de subsídios deu um grande salto em 1987, por causa da incerteza a respeito das vantagens que poderiam ser canceladas pela Constituição de 1988.

O medo revelou ser infundado, mas as distorções começaram a sumir em 1989. O governo não dispunha do dinheiro necessário para as isenções fiscais, para subsídios ou construção de estradas, e a contração da economia nacio-

nal estava cobrando seu preço. No período de 1985 a 1989 mais de 20 mil quilômetros quadrados de florestas tropicais foram perdidos por ano (bem abaixo das estimativas exageradas de uma Bélgica por ano, mas mesmo assim ainda metade de uma Suíça anual). No ano passado foram 13 mil quilômetros quadrados; é possível que, neste ano, a área perdida seja de apenas 10 mil quilômetros quadrados.

Eustáquio Reis sugere, no entanto, que assim que o crescimento econômico brasileiro for retomado, o mesmo acontecerá com as queimadas. Criou-se um impulso na própria Amazônia, em relação ao qual o governo federal pouco pode fazer. As pessoas residentes no local querem migrar mais para dentro da floresta. As grandes estradas tendo sido construídas, os governos estaduais são agora capazes (e mais do que dispositos) a fornecer as estradas secundárias, que servirão para abrir áreas mais remotas ainda para os assentamentos das pessoas.

O processo é muito grande e complexo, de maneira que nada que o governo brasileiro faça agora conseguirá modificar muito a situação no decorrer da próxima década. Eustáquio Reis calcula que 13% da floresta amazônica terá desaparecido até o ano 2000, bem mais do que os 8% atualmente considerados como perdidos.

Num prazo mais longo, no entanto, o impacto das diferentes políticas é enorme. Eustáquio Reis recomenda três coisas. Em primeiro lugar, a eliminação dos incentivos fiscais que ainda existem, bem como os créditos e os subsídios para o desenvolvimento indiscriminado da Amazônia. O mais significativo deles atualmente pode ser o subsídio implícito na determinação de preços iguais de combustíveis para o País inteiro.

Em segundo lugar, um desenvolvimento sensato da região. A construção de estradas deveria ter apontado em direções economicamente mais compensadoras e ambientalmente menos destrutivas. Eustáquio Reis sugere que a mineração (desde que não acompanhada pela instalação de usinas siderúrgicas) e a extração da madeira se revelarão as melhores opções na Amazônia desses dois pontos de vista.

Em terceiro lugar, e possivelmente a mais importante, um ataque às profundas causas históricas da migração em direção à Amazônia. Essas causas são principalmente a pobreza e os grandes latifúndios (geralmente subsidiados) nas regiões já colonizadas.

Os "outsiders" que se preocupam com o aquecimento global têm bons motivos para apoiar o Brasil nos seus esforços preventivos. Para impedir que uma tonelada de CO<sub>2</sub> seja liberada na atmosfera, isso custa US\$ 4 em evitar a destruição amazônica, US\$ 10 para uma redução de 10% nas emissões dos carros e das fábricas dos Estados Unidos, US\$ 30 para um processo de reflorestamento da Amazônia e US\$ 130 para uma redução de 50% nas emissões de CO<sub>2</sub> dos Estados Unidos. Os "outsiders" realistas deveriam reconhecer, no entanto, que o destino da Amazônia será determinado principalmente por uma coisa estritamente brasileira: o sucesso do País no sentido de corrigir os seus velhos problemas de pobreza e de mau governo.